


**Coordenação Geral
de Proteção Social
Especial de Media
Complexidade –
Secretaria Nacional
de Assistência
Social**



O LUGAR DO SUAS NA POLÍTICA VOLTADA À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Apresentação quatro pontos:

- 1 - Aspectos sócio-históricos da situação de rua no Brasil;
- 2 – Quantitativo da pessoas em situação de rua e a cobertura dos serviços socioassistenciais no Brasil;
- 3 – Reflexões para o debate;
- 4 – Considerações

HISTÓRICO DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

Período colonial até 1900

1

“Vadios e preguiçosos”

Albergue;

Santas Casas de Misericórdia.

1930-1940

2

“Prática do desterro”;

Aliança estratégica entre a polícia e as entidades benemerentes;

“**Modelo**”: albergues noturnos (pernoite); rondas policiais; chácaras ou fazendas); prisões; manicômios.

1950-1970

3

“O problema são os migrantes”

Intensifica-se o recolhimento compulsório justificado pela “Operação Inverno”;

Plantões policiais nas estações ferroviárias e rodoviárias;
Sistema telefônico para “denunciar” a presença de “mendigos”;
Criação dos CETREMs (Central de Triagens e Encaminhamentos);
Campanhas para não doação de esmolas

1980-1990

4

Migração, desemprego e vida na rua

Perspectiva do **direito e da dignidade**, compreendendo esta questão de forma muito mais complexa, multifatorial e relacionada ao **modelo societário desigual e excludente, contrariando as teses de responsabilização individual.**

4

- A realização das **primeiras contagens** sobre a população de rua;
- **Ampliação dos serviços de acolhimento** (modelo dos albergues noturnos);
- **Primeiras experiências de casas de convivência**
- Projetos de **inclusão produtiva**,
- Iniciativas de **Lei Municipal**

4

Educação Social de Rua. Esta abordagem tornou-se referência em especial na **atenção a crianças e adolescentes em situação de rua** e junto a outros diversos movimentos sociais, acadêmicos e políticos contribuiu para a elaboração e instituição da **Constituição Federal de 1988**, ao estabelecer a **centralidade do direito e da cidadania e a responsabilidade do Estado.**

LOAS - 1993

HISTÓRICO DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

2004-2010

2011-2019

2020-2021

2023...

5

“Reconhecimento do Estado brasileiro”

Durante início dos anos 2000 essa temática ganhou importância na agenda pública federal a partir de 2004.

5

1) A iniciativa do **Presidente Lula**, a partir da **visita aos catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua**

2) O **massacre de 7 pessoas em situação de rua região central da capital paulista**;

3) **A incorporação** desse segmento social como **público-alvo das políticas públicas**, especificamente a política de assistência social (MDS/SNAS);

4) O fortalecimento do **protagonismo das pessoas em situação de rua**.

5

Inserção da população em situação de rua na **LOAS (2006)**;

Contagem Nacional sobre a população em situação de rua;

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - **modelo de atenção socioassistencial** à população em situação de rua (Centro Pop; SEAS; Serviços de Acolhimento para adultos e Famílias e as República).

6

“ A rua e o crack”

Programa “Crack é possível vencer”(recursos para a Assistência social, saúde e segurança pública);

“nova” droga teve como resultado a **reelaboração** das antigas representações sobre a pobreza urbana, reativando as velhas figuras do perigo, do contágio e do desvio.

2016 - congelamento dos recursos PEC – falta de cofinanciamento federal para expansão dos serviços/unidades;

7

A rua e Pandemia COVID/19

Escancarou a desproteção social vivida por esse segmento social;

Proporcionou o questionamento do modelo de atenção socioassistencial vigente;

7

“Pós-pandemia COVID/2019”

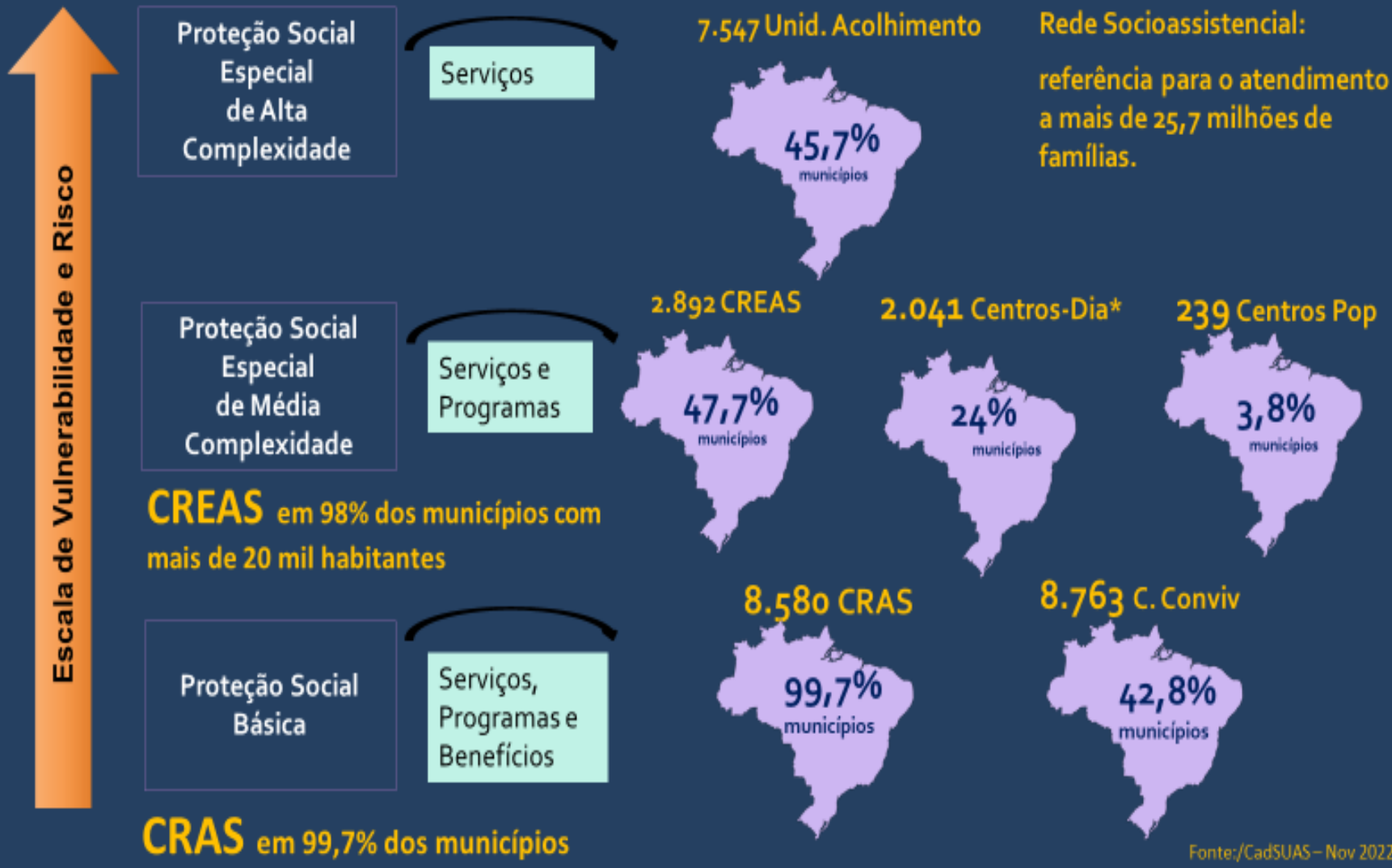
Aumento significativo das pessoas em situação de rua;

Mudança no perfil (famílias, crianças e adolescentes);

Número significativo de pessoas com até 1 ano em situação de rua.

2 - OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

COBERTURA DE ATENDIMENTO - BRASIL



Quadro síntese: rede de atenção socioassistencial à população em situação de rua no Brasil

SERVIÇO	QUANTIDADE EXISTENTES	QUANTIDADE COFINANCIADO	MUNICÍPIOS
PAEFI Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS	2892 unidades	2037 unidades	2.124
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop	245 unidades	208 unidades	203
Serviço Especializado em Abordagem Social	785 serviços	503 serviços	265
Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias	997 Serviços 62.064 vagas	370 serviços 18.625 vagas	178



OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO SUL

• **Centro Pop**

- PR: 19 unidades
- SC: 09 unidades
- RS: 13 unidades

• **SEAS**

- PR: 30 serviços
- SC: 25 serviços
- RS: 32 serviços

• **Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias**

- PR: 89 unidades
- SC: 39 unidades
- RS: 53 unidades

• **Repúblicas**

- PR: 11 unidades
- SC: 02 unidades
- RS: 02 unidades

OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Pessoas em situação de rua no Cadastro Único no Brasil (junho de 2023)

- ✓ 203.173 pessoas em situação de rua inscritas
- ✓ 162.172 pessoas em situação de rua recebem o Bolsa Família

Pessoas em situação de rua no Cadastro Único no Brasil (dezembro de 2023)

- ✓ 254.100 pessoas em situação de rua inscritas
- ✓ 200.908 pessoas em situação de rua recebem o Bolsa Família

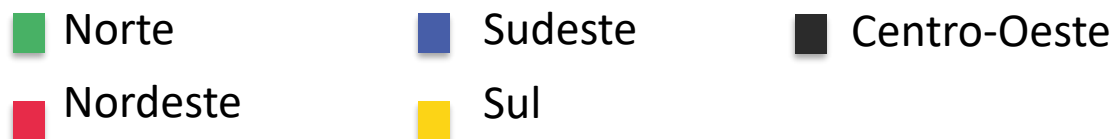
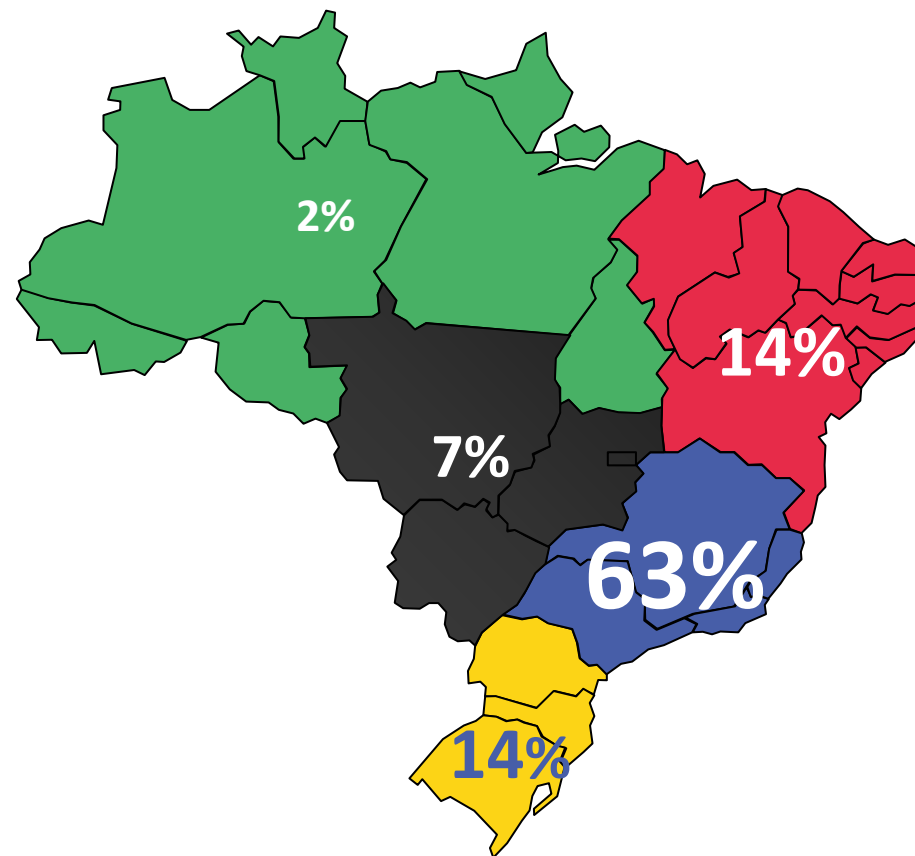
Pessoas em situação de rua no Cadastro Único no estado de Santa Catarina (dezembro de 2023)

- ✓ 9.813 pessoas em situação de rua inscritas
- ✓ 7.425 pessoas em situação de rua recebem o Bolsa Família

FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA POR REGIÃO E UF

UF	Famílias	%
São Paulo	88.167	41%
Minas Gerais	23.115	11%
Rio de Janeiro	20.328	9%
Paraná	11.203	5%
Bahia	10.656	5%
Rio Grande do Sul	9.765	5%
Santa Catarina	8.670	4%
Ceará	8.422	4%
Distrito Federal	7.061	3%
Pernambuco	4.062	2%
Goiás	2.989	1%
Espírito Santo	2.910	1%
Mato Grosso	2.492	1%

UF	Famílias	%
Maranhão	2.124	1%
Pará	1.739	1%
Rio Grande do Norte	1.724	1%
Mato Grosso do Sul	1.396	1%
Amazonas	1.288	1%
Alagoas	1.147	1%
Piauí	1.106	1%
Roraima	1.071	0%
Sergipe	1.049	0%
Paraíba	788	0%
Rondônia	434	0%
Acre	291	0%
Tocantins	243	0%
Amapá	126	0%



Fonte: Cadastro Único, julho/2023

15 MUNICÍPIOS COM MAIS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Município \ UF	Capital	Porte	Total de pessoas em situação de rua
São Paulo\SP	Sim	6	54.812
Rio de Janeiro\RJ	Sim	6	14.004
Belo Horizonte\MG	Sim	6	11.796
Salvador\BA	Sim	6	7.852
Brasília\DF	Sim	6	7.429
Fortaleza\CE	Sim	6	6.678
Porto Alegre\RS	Sim	6	3.306
Curitiba\PR	Sim	6	3.301
Campinas\SP	Não	6	2.324
Florianópolis\SC	Sim	5	2.287
Recife\PE	Sim	6	2.268
Boa Vista\RR	Sim	4	1.514
Santos\SP	Não	4	1.395
São Luís\MA	Sim	6	1.328
Goiânia\GO	Sim	6	1.308

Fonte: Cadastro Único, julho/2023

REFLEXÕES PARA O DEBATE

1 – Concepções historicamente construídas

1) **Matriz conservadora** que responsabiliza o sujeito “**responsabilidade individual pela situação**” “estar na rua porque quer” resultando nas **práticas repressivas/benemerentes** de caráter corretivo que caracterizou boa parte da resposta ao fenômeno;

2) **Matriz da justiça social** – a compreensão que reconhece esse **fenômeno enquanto resultado da desigualdade social** existente no país e que ensejou a **implantação e a reorganização de uma rede de atenção** (serviços socioassistenciais e demais políticas públicas) voltada para o segmento da população em situação de rua. **Oferta de proteção enquanto um direito.**

REFLEXÕES PARA O DEBATE

Conforme apresentado no contexto histórico, o desenvolvimento das respostas institucionais proporcionou o **acoplamento** das concepções destacadas e que se traduzem **na dimensão operativa, no fazer.**

O que isso significa?

No processo de reorganização e na execução dos serviços socioassistenciais, um dos primeiros aspectos que observei (através pesquisas das realizadas, atuação nas gestões e em consultorias) foi um **acoplamento da concepção do direito (orientações técnicas, decorrentes do processo de mudanças na política de assistência social), com as práticas sociais já existentes reforçando a continuidade de respostas conservadoras, a partir do contexto histórico de determinados municípios. Resumindo, observei um discurso baseado no direito para os serviços, mas no âmbito da dimensão operativa, esta influenciada, ainda, pelas respostas conservadoras no cotidiano dos serviços.**

AÇÕES EM ANDAMENTO E PROPOSTAS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL/SNAS/MDS

- 1 – **Expansão dos serviços socioassistenciais** – debate interno, no Departamento de Proteção Social Especial/SNAS, a partir de elaboração e análise dos critérios para implantação de Centros Pop; SEAS e Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias; **Recomposição do orçamento do SUAS.**
- 2 – Coexistente a ampliação dos serviços, é preciso **repensar as metodologias de atendimento** e articulá-las com novas propostas, como por exemplo a **metodologia do moradia primeiro e ampliar integração PSE de media e alta complexidade;**
- 3 – Proposta para **atualização da Tipificação** (novas modalidades de serviços, principalmente acolhimentos; da NOBRH rever as equipes por serviços e não por unidades);

AÇÕES EM ANDAMENTO E PROPOSTAS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL/SNAS/MDS

4 – **Revisão dos unipessoais no CADÚnico** – marcação de pessoas em situação de rua não foram suspensos/bloqueados;

5 – **PROCAD/SUAS** (Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social) - ações de busca ativa para ampliar o cadastramento das dos grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE, incluir as pessoas em situação de rua. Processo de **elaboração das orientações técnicas** para busca ativa com foco nos GPTE;

6 – Aumento no valor do **Programa Bolsa Família** contribuiu na segurança de renda da População em Situação de Rua;

AÇÕES EM ANDAMENTO E PROPOSTAS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL/SNAS/MDS

7 - SNAS e SESAN – Segurança Alimentar e Nutricional

- ✓ Participação na elaboração do “Plano Brasil Sem Fome” interministerial – em construção - como os serviços socioassistenciais participarão do referido plano – foco: população em insegurança alimentar e nutricional – população em situação de rua;

8 - MDS/SNAS e MDHC

- ✓ Participação no Programa Nacional para PSR e no âmbito do Moradia Primeiro
- ✓ Contribuições para critérios de implantação;
- ✓ Reordenamento dos serviços socioassistenciais e, principalmente na metodologia no diálogo com os paradigmas propostos pelo Moradia Primeiro.

AÇÕES EM ANDAMENTO E PROPOSTAS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL/SNAS/MDS

9 - MDS (SNAS e SAGI/CADI) MDHC; IPEA e IBGE

Proposta para a realização do Censo Nacional da população em situação de rua

Criação do GT:

- 1) Identificar metodologias para o Censo;
- 2) Produção e registros sobre pesquisas existentes;
- 3) Apoio ao IBGE na análise dos dados dos domicílios improvisados Censo 2022;
- 4) IBGE: custo estimado para realização de testes visando o censo nacional.

CONSIDERAÇÕES

Compreender que o enfrentamento do fenômeno da existência das pessoas em situação de rua acontece de **forma articulada e intersetorial**:

1 - Os **serviços socioassistenciais** são essenciais nas respostas protetivas, mas esses **serviços são limitados** e precisam da **complementariedade de outras políticas públicas**, tais como: educação, trabalho, saúde, cultura, segurança pública e principalmente a habitação, **programas de moradia**. Por isso a importância dos CIAMPs (estaduais e municipais);

2 – **Implantar os serviços socioassistenciais (quando houver expansão)** e avançar para novas possibilidades da oferta dos serviços de **acolhimento (foco nas repúblicas)** e lançar programas na perspectiva do **programa Moradia Primeiro**;

3 – Realização de **contagens, diagnósticos e censos (âmbito municipal)** para fundamentar as ações propostas para os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas;

CONSIDERAÇÕES

4 - Na elaboração da política estadual e municipal é preciso uma coesão sobre a situação de rua: **produção de consensos**

- ✓ **Unificar as diferentes compreensões** sobre o fenômeno da situação de rua;
- ✓ Compreender a **heterogeneidade e diversidade** da população em situação de rua;
- ✓ Evitar as **disputas pela narrativa da situação de rua** – a elaboração e o resultado da política estadual e/ou municipal não pertence a determinado grupo social ou outras instituições, mas deve ser uma elaboração coletiva com a primazia da ação do Estado, representados pelos governos;
- ✓ Elaboração de **fluxos e protocolos** para o atendimento integrado;
- ✓ Envolver a **participação da sociedade civil** que atua com a população em situação e, principalmente, fomentar a **participação da população em situação de rua em todo processo** (comitês, na elaboração de programas e projetos, seminários e etc.);

OBRIGADO!

cgpmc@mds.gov.br
luciano.oliveira@mds.gov.br



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO